

**PROCESSO DE ESCOLHA PARA MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR
CADERNO DE QUESTÕES**

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES:

1. A duração da prova é de 03 (três) horas, das 8h30min às 11h30min, já incluído o tempo de preenchimento do cartão-resposta.
2. Atenção na distribuição de seu tempo para a resolução da prova e marcação do cartão-resposta.
3. O candidato deverá permanecer, obrigatoriamente, na sala de realização da prova por, no mínimo, 01 (uma) hora após o início da prova. A inobservância deste item acarretará a eliminação do candidato.
4. O candidato só poderá levar consigo o caderno de questões após duas (02) horas do início da prova de conhecimentos.
5. Os (3) três últimos candidatos ao terminar a prova deverão permanecer na sala e somente poderão sair juntos do recinto após subscrever em ata as suas respectivas assinaturas.

INSTRUÇÕES – PROVA OBJETIVA:

1. Você deve assinar o cartão-resposta no espaço apropriado. Confira se seus dados (nome, número do documento e número de inscrição) na parte superior do CARTÃO-RESPOSTA estão corretos. Se notar qualquer divergência, notifique imediatamente ao Fiscal ou o representante da Comissão Eleitoral Organizadora – CEO, a fim de que se registre na Ata de Sala a devida correção.
 2. Cuide do seu cartão-resposta. Ele não pode ser rasurado, amassado, dobrado nem manchado porque é o único documento válido para o processamento de suas respostas.
- O caderno de prova contém 40 (quarenta) questões sobre legislação específica: Lei Federal nº 8.06/90 Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e suas atualizações; Lei Federal nº 12.010/2009; Lei Federal nº 12.696/2012; Resolução nº 231/2022 do CONANDA.
3. Caso exista alguma falha de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala.
 4. Cada questão da Prova Objetiva (PO) contém 5 (cinco) alternativas e somente uma correta.
 5. É obrigatório que você assine a LISTA DE PRESENÇA do mesmo modo como está assinado no seu documento de identificação.
 6. A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita somente com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, pois lápis não será considerado.
 7. A maneira correta de marcar as respostas no CARTÃO-RESPOSTA é cobrir totalmente o espaço correspondente à letra a ser assinalada.
 8. Para preencher o cartão-resposta, observe o seguinte: Preencha completamente a área reservada à letra correspondente à resposta que julgar correta.
Sua resposta não será considerada se:
 - Houver marcação de duas ou mais opções;
 - A área correspondente à resposta não estiver marcada ou a se marcação do espaço estiver incompleta;
 - Não houver opção assinalada;
 - Ultrapassar os limites da área reservada à letra correspondente à resposta.
 9. Em hipótese alguma haverá substituição do CARTÃO-RESPOSTA por erro do candidato. A substituição só será autorizada se for constatada falha de impressão.
 10. O CARTÃO-RESPOSTA é o único documento válido para o processamento de suas respostas.
 11. O candidato deverá devolver no final da prova o CARTÃO-RESPOSTA.

ASSINATURA DO PRÉ- CANDIDATO:

RG:

CPF:

SSP:

Nº de Inscrição:

QUESTÃO – 01

Considere as assertivas abaixo, e assinale a alternativa correta referentes às atribuições do Conselho Tutelar:

I. Expedir notificações.

II. Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.

III. Encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência.

IV. Assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

- A. Apenas a II, está correta;
- B. Apenas I, II e IV estão corretas;
- C. Apenas III e IV estão corretas;
- D. Apenas I, II e III estão corretas;
- E. Todas estão corretas.

QUESTÃO – 02

Considerando o art. 7º do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente no qual seu texto coloca que:

“A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência”.

É possível afirmar que o artigo Art. 8º o complementa. Nesse sentido, assinale a alternativa CORRETA que melhor representa o texto do Art. 8º:

- A. O ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente - não prevê situações de cunho da saúde.
- B. É assegurada a gestante, atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito do Sistema Único de Saúde.
- C. A gestante não tem direito a atendimento no serviço público.
- D. Somente após seu nascimento, a criança será protegida pelo ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.
- E. Somente em situações de urgência o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente – poderá ser aplicado a crianças menores de um ano de idade.

QUESTÃO – 03

Conforme o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente-, o Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de:

- A. Disciplinar e punir crianças e adolescentes que não cumpram seus deveres.
- B. Zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos pelo ECA –Estatuto da Criança e do Adolescente.
- C. Desenvolver atividades de capacitação profissional para adolescentes.
- D. Corrigir e punir as famílias que não cuidam de seus filhos.
- E. Nenhuma das alternativas acima.

QUESTÃO – 04

Considera-se criança, para os efeitos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 -ECA:

- A. A pessoa com 10 (dez anos) de idade completos;
- B. A pessoa até 11 (onze anos) de idade completos
- C. A pessoa até 12 (doze anos) de idade incompletos;
- D. A pessoa até 11 (onze anos) de idade incompletos;
- E. A pessoa até 13 anos completos.

QUESTÃO – 05

Segundo o art.242 da Lei. 8.069/90 - ECA, vender, fornecer ainda que gratuitamente ou entregar, de qualquer forma, a criança ou adolescente arma, munição ou explosivo, constitui:

- A. crime.
- B. infração cível.
- C. infração administrativa.
- D. Infração temporária.
- E. Contravenção.

QUESTÃO – 06

De acordo com o art. 60 da Lei 8.069/90 – ECA, é proibido qualquer trabalho á:

- A. Menores de 18 anos de idade.
- B. Menores de 17 anos de idade.
- C. Menores de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz.
- D. Menores de 15 anos, salvo na condição de aprendiz;
- E. Menores de 14 anos de idade, salvo na condição de aprendiz.

QUESTÃO – 07

Conforme o artigo 16 do ECA, o direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

- I- Ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, independente de haver restrições legais;**
- II- Participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;**
- III- Opinião e expressão;**
- IV- Participar da vida política, na forma d lei.**

Está correto o que se afirmar em:

- A. I e II, respectivamente;
- B. Apenas II;
- C. II, III e IV, respectivamente;
- D. Apenas IV, respectivamente;
- E. Todos itens estão corretos.

QUESTÃO – 08

Assinale a alternativa que completam as lacunas do texto abaixo corretamente:

É _____ da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder _____ assegurar, com absoluta prioridade, a _____ dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

- A. função / executivo / prioridade
- B. regalia / privado / distinção
- C. obrigação / público / efetivação
- D. dever / público / efetivação
- E. dever / privado / distinção

QUESTÃO – 09

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/1990 e alterações posteriores), as gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção serão obrigatoriamente encaminhadas sem constrangimento:

- A. ao CRAS.
- B. à Justiça da Infância e da Juventude.
- C. ao Conselho Tutelar.
- D. às Instituições Sociais.
- E. a Família Substituta.

QUESTÃO – 10

Diante do que está previsto no ECA, o Art. 106 diz que nenhum adolescente será privado de sua liberdade, salvo:

- A. Tenha cometido perturbação da ordem pública e encaminhado pela Delegacia local.
- B. Em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.
- C. Tenha se ausentado frequentemente da escola sem prévio aviso pelos seus pais ou responsáveis.
- D. Tenha cometido desrespeito aos policiais e aos conselheiros tutelares.
- E. Tenha infringido a lei, sendo flagrado pelo Conselho Tutelar em brigas constantes na comunidade e inclusive usando bebidas alcoólicas.

QUESTÃO – 11

Prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente, segundo o ECA é:

- A. Dever apenas dos pais.
- B. Dever apenas da escola.
- C. Dever apenas do Estado.
- D. Dever dos Conselheiros.
- E. Dever de todos.

QUESTÃO – 12

De acordo com art. 98 do ECA, as medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos no Estatuto da criança e do Adolescente (ECA) forem ameaçados ou violados.

- I. Apenas por Omissão do Estado
- II. Por ação ou omissão da Sociedade ou do Estado;
- III. Por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;
- IV. Em razão da sua conduta;

- A. Apenas os itens I e II estão corretos;
- B. Apenas os itens II e III estão corretos;
- C. Apenas os itens III e IV estão corretos;
- D. Apenas os itens II, III e IV estão corretos;
- E. Todos os itens estão corretos;

QUESTÃO – 13

Considere a seguinte informação. Joana, moradora de uma cidade do interior de Sergipe, deverá ser colocada em família substituta. De acordo com o artigo 28, parágrafo segundo do ECA, para que isso aconteça, será necessário seu consentimento, colhido em audiência, caso ela já seja maior de:

- A. 6 anos.
- B. 8 anos.
- C. 10 anos.
- D. 12 anos.
- E. 14 anos.

QUESTÃO – 14

De acordo com o Art. 39.do ECA – Lei 8.069/90 a adoção de criança e de adolescente reger-se-á segundo o disposto nesta Lei. O adotando deve contar com, no máximo, _____anos à data do pedido, salvo se já estiver sob a guarda ou tutela dos adotantes. Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

- A. 21 (vinte e um anos).
- B. 18 (dezoito anos).
- C. 16 (dezesesseis anos).
- D. 20 (vinte anos).
- E. 23 (vinte e três anos).

QUESTÃO – 15

De acordo com o art. 2º, da Lei 8.069/90 (ECA), considera adolescente aquela pessoa que se encontra:

- A. Entre 12 (doze) e 21 (vinte e um) anos de idade.
- B. Entre 10 (dez) a 18 (dezoito) anos de idade.
- C. Entre 5 (cinco) a 18 (dezoito) anos de idade.
- D. Entre 12 (doze) a 18 (dezoito) anos de idade.
- E. Entre 15 (quinze) a 20 (vinte) anos de idade.

QUESTÃO – 16

A Lei nº 8.069/1990 –ECA, em seu art.31, determina que, a colocação em família substituta estrangeira constitui medida excepcional, somente admissível na modalidade de:

- A. Adoção;
- B. Acolhimento Institucional;
- C. Guarda Compartilhada;
- D. Apadrinhamento;
- E. Tutela.

QUESTÃO – 17

Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente (juiz) poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas, exceto:

- A. Advertência;
- B. Pena Privativa de Liberdade em regime fechado em meio a adultos;
- C. Prestação de serviço comunitário;
- D. Liberdade Assistida;
- E. Obrigação do reparo do dano.

QUESTÃO – 18

Segundo o art. 19, § 2º do ECA, toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento institucional, sua permanência não se prolongará por mais de:

- A. 08 (oito) meses, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária;
- B. 10 (dez) meses, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária;
- C. 18 (dezoito) meses, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária;
- D. 01 (um) ano, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária;
- E. 02 (dois) anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

QUESTÃO – 19

De acordo com o art.81 da Lei 8.069/1990 – ECA, é proibida a venda à criança ou ao adolescente de:

- I. armas, munições e explosivos;
- II. bebidas alcoólicas;
- III. produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica ainda que por utilização indevida;
- IV. Livros de Educação infantil, doces e bolos.

Assinale a alternativa correta.

- A. Apenas os itens I e II estão corretos;
- B. Apenas os itens II e III estão corretos;
- C. Apenas os itens III e IV estão corretos;
- D. Apenas os itens I, II e III estão corretos;
- E. Todos os itens estão corretos.

QUESTÃO – 20

Verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar, o:

- A. O amparo da criança ou adolescente em abrigo provisório.
- B. O encarceramento definitivo do responsável pela agressão.
- C. A prisão definitiva o acusado.
- D. Encaminhamento direto e incontestável para adoção.
- E. Afastamento do agressor da moradia comum.

QUESTÃO – 21

Após denúncia de negligência nos cuidados de uma menina, de 7 (sete) anos, o Conselho Tutelar atendeu os pais da criança, constatando a necessidade de organizar e fortalecer o ambiente familiar. Dentre as medidas abaixo elencadas, qual NÃO poderá ser aplicada pelo conselho tutelar aos pais da menina?

- A. Prestação de serviços à comunidade.
- B. Encaminhamento a programa oficial ou comunitário de promoção à família.
- C. Encaminhamento a cursos ou programas de orientação.
- D. Advertência.
- E. Encaminhamento a tratamento psicológico.

QUESTÃO – 22

As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas:

- A. Pelo Chefe do Poder Executivo a pedido do interessado;
- B. Pela Autoridade judiciária, a pedido de quem tenha legítimo interesse;
- C. Pelo (a) Delegado(a);
- D. Pelo presidente do Conselho Municipal da Criança e Adolescente;
- E. Pelos vereadores do município.

QUESTÃO – 23

De acordo com o art. 21 do ECA, o poder familiar será exercido pelo pai e pela mãe, com:

- A. Prioridade da Mãe;
- B. Igualdade de Condições;
- C. Prioridade do pai;
- D. Prioridade do mais velho;
- E. Prioridade dos avós.

QUESTÃO – 24

Para os efeitos do art.25 da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) entende-se por “família natural” a comunidade formada pelos.

- A. Avós, tios e seus descendentes;
- B. Pais e seus ascendentes;
- C. Pais, primos, tios e seus ascendentes;
- D. Bisavós, tios e mais parentes em linha colateral;
- E. Pais ou qualquer deles e seus descendentes.

QUESTÃO – 25

Joana, hoje com cinco anos, foi adotada regularmente por Maria e Paulo quando tinha três anos. Ocorre que ambos os adotantes vieram a falecer em um terrível acidente automobilístico. Ciente disso, a mãe biológica de Joana, que sempre se arrependera da perda da sua filha, manifestou-se em ter sua maternidade biológica restaurada. Com base nos fatos acima, assinale a afirmativa correta.

- A. O falecimento dos pais adotivos conduz à imediata e automática restauração do poder familiar da ascendente biológica.
- B. O falecimento dos pais adotivos não restabelece o poder familiar dos pais naturais.
- C. O falecimento dos pais adotivos não transfere o poder familiar sobre o adotado supérstite ao parente mais próximo dos habituados, devendo ser reaberto processo de adoção.
- D. Falecendo ambos os pais e inexistindo parentes destes aptos à tutela, somente então se restaura o poder familiar dos pais naturais.
- E. O falecimento dos pais adotivos restabelece automaticamente o poder familiar dos pais natural.

QUESTÃO – 26

Constitui-se também como um dos direitos da criança e do adolescente conforme o artigo 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente:

- A. Obedecer ao que os superiores lhes indicarem, inclusive trabalho noturno.
- B. Escolher entre realizar atividades educativas e realizar trabalhos laborativos.
- C. Condições diferenciadas e especiais para o acesso e a permanência na escola.
- D. Direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores.
- E. Direito de repetir de ano por até duas vezes.

QUESTÃO – 27

De acordo com o artigo 95 do Estatuto da Criança e do Adolescente, a fiscalização das entidades governamentais e não-governamentais de atendimento será realizada pelo (a)(s):

- A. Judiciário, Ministério Público e Conselhos Tutelares.
- B. Conselho Estadual de Direitos.
- C. Conselho Municipal de Direitos e Ministério Público.
- D. Judiciário, Conselho Estadual de Direitos.
- E. Apenas pelo Ministério Público.

QUESTÃO – 28

Paulo recebeu vídeos pornográficos em seu celular, enviados por um amigo para um grupo de mensagens do qual faz parte. Em um dos vídeos, Paulo percebeu que havia uma criança em cena de ato libidinoso e nudez. Por isso, Paulo não repassou o vídeo ou o divulgou sob qualquer forma, mantendo-o em sigilo, arquivado no seu celular, sequer mencionando-o.

Sobre o fato acima, assinale a afirmativa correta.

- A. A conduta de Paulo foi correta, pois produzir e divulgar imagens de cunho pornográfico envolvendo crianças, e não apenas seu armazenamento, é crime específico do ECA;
- B. Paulo praticou ato designado genericamente como pedofilia, mas sem cunho criminoso, por não ter sido ele o autor do vídeo;
- C. Paulo ao armazenar, ainda que sem divulgar a terceiros o vídeo de natureza pornográfica envolvendo criança, cometeu crime específico do ECA;
- D. Paulo praticou ato designado genericamente como pedofilia, mas sem cunho criminoso, por não ter divulgado o vídeo, mas apenas o armazenado;
- E. Paulo não cometeu Crime por armazenar o vídeo.

QUESTÃO – 29

Ao receber denúncia de que uma criança está com seus direitos violados, o Conselho Tutelar requisitou serviço público na área da saúde pedindo providências. Não sendo atendido, injustificadamente, em tal determinação, o Conselho Tutelar representou o caso junto ao/à:

- A. Prefeito Municipal;
- B. Câmara Municipal;
- C. Juiz da Vara da Infância e Juventude;
- D. Secretaria de Assistência Social;
- E. Secretária de Estado da Juventude.

QUESTÃO – 30

De acordo com o art. 236 da Lei. 8.069-ECA, é considerado crime quando.

- A. Ocorrer atraso justificado no atendimento de requisição do Conselho Tutelar.
- B. Descumprir, mesmo que justificadamente, solicitação de representante dos judiciários.
- C. Impedir ou embaraçar a ação de autoridade judiciária, membro do Conselho Tutelar ou representante do Ministério Público no exercício de função prevista em lei.
- D. Descumprir mesmo que justificadamente prazo fixado nesta Lei em benefício de adolescente privado de liberdade.
- E. Descumprir prazos administrativos impostos pelo conselheiro tutelar.

QUESTÃO – 31

Com base no art. 21 da resolução 231/2022 do CONANDA, as decisões do Conselho Tutelar serão tomadas pelo seu colegiado, conforme dispuser o Regimento Interno. Diante essa afirmativa, assinale a seguir, a alternativa correta correspondente a uma dessas decisões.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA DE BOQUIM/SE

- A. As decisões serão motivadas e comunicadas formalmente aos interessados, mediante documento escrito, no prazo máximo de quarenta e oito horas, sem prejuízo de seu registro no sistema de informação para infância e adolescência - SIPIA;
- B. As decisões serão motivadas e comunicadas formalmente aos interessados, mediante documento escrito, no prazo máximo de trinta e seis horas, sem prejuízo de seu registro em arquivo próprio, na sede do Conselho;
- C. As decisões serão motivadas e comunicadas formalmente aos interessados, mediante documento escrito, no prazo máximo de vinte e quatro horas, sem prejuízo de seu registro em arquivo próprio, na sede do Conselho;
- D. As decisões serão motivadas e comunicadas formalmente aos interessados, mediante documento escrito, no prazo máximo de cinco dias, sem prejuízo de seu registro em arquivo próprio, na sede do Conselho;
- E. As decisões serão motivadas e comunicadas formalmente aos interessados, mediante documento escrito, no prazo máximo de 10 dias, sem prejuízo de seu registro em arquivo próprio, na sede do Conselho.

QUESTÃO – 32

No que se refere ao processo de escolha dos Membros do Conselho Tutelar e as diretrizes que serão observadas de acordo com o Artigo 5º da Resolução 231 do CONANDA é CORRETO afirmar que:

- A. O processo de escolha é realizado mediante o sufrágio universal e direto, pelo voto obrigatório e secreto dos respectivos eleitores do município;
- B. Processo de escolha mediante sufrágio universal e direto, pelo voto uninominal facultativo e secreto dos eleitores do respectivo município ou do Distrito Federal, realizado em data unificada em todo território nacional, a cada quatro anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, sendo estabelecido em lei municipal ou do Distrito Federal, sob a responsabilidade do Conselho Municipal ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que deve buscar o apoio da Justiça Eleitoral;
- C. A candidatura será individual, sendo admitida a composição de chapas;
- D. A Fiscalização será feita pelo Ministério do Trabalho e pelo Poder Judiciário;
- E. A posse dos conselheiros eleitos será em até 30 dias após a eleição.

QUESTÃO – 33

De acordo com o Artigo 32 da Resolução Nº 231 do CONANDA, no exercício das suas atribuições, O Conselho Tutelar deverá observar as seguintes normas e princípios, especialmente.

- I. Condição da criança e adolescente como sujeitos de direitos;**
- II. Proteção Integral e prioritária dos direitos da criança e adolescente;**
- III. Responsabilidade da família, da comunidade, da sociedade em geral, e do poder Público pela plena efetivação dos Direitos assegurados as crianças e adolescentes;**
- IV. Respeito à intimidade, e à imagem da criança e do adolescente;**

Assinale a seguir a alternativa correta

- A. Apenas o item I está correto;
- B. Apenas os itens I e II estão corretos;
- C. Apenas os itens II e III estão corretos;
- D. Apenas os itens II e IV estão corretos;
- E. Todos os itens estão corretos.

QUESTÃO – 34

Em conformidade com o Artigo 134, Incisos I ao V do ECA, atualizados pela Lei 12.696/2012. Aos membros do Conselho Tutelar, são assegurados os seguintes direitos:

- A. Cobertura previdenciária, gozo de férias semestrais remuneradas, acrescidas de 1/5 (um quinto) do valor da remuneração mensal e licença-maternidade;
- B. Licença – maternidade, gratificação natalina e licença-paternidade;
- C. Licença-maternidade, cobertura previdenciária e gozo de férias semestrais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;
- D. Cobertura previdenciária, remuneração mensal, licença maternidade e gozo de férias semestrais;
- E. cobertura previdenciária; gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal; licença-maternidade; licença-paternidade e gratificação natalina.

QUESTÃO - 35

Sobre a adoção, redação dada pela lei 12.010/2009 da qual atualizou a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar:

- A. Para adoção conjunta, é indispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável, comprovada a estabilidade da família.
- B. O adotante há de ser, pelo menos, dezoito anos mais velho do que o adotando.
- C. A morte dos adotantes restabelece o pátrio poder familiar dos pais naturais.
- D. O adotando deve contar com, no máximo, vinte e um anos à data do pedido, mesmo que esteja sob a guarda ou tutela dos adotantes.
- E. É permitida a Adoção por procuração.

QUESTÃO – 36

Assinale a alternativa CORRETA. Tendo como base legal o Art. 118 do ECA.

- A. O artigo 118 do Eca trata da medida sócio-educativa do Regime de semi-liberdade;
- B. O artigo 118 do ECA trata da medida sócio-educativa da liberdade assistida, na qual será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.
- C. Trata da medida sócio-educativa do regime de semi-liberdade;
- D. Trata sobre a medida sócio-educativa da internação do adolescente infrator;
- E. Trata sobre a medida sócio-educativa da obrigação de reparar o dano causado pelo jovem infrator.

QUESTÃO – 37

Eduardo foi adotado quando criança, vivendo em excelentes condições afetiva, material e social junto a seus pais adotivos. Mesmo assim, Eduardo demonstrou ser um adolescente rebelde. Hoje, com 19 anos completos, Eduardo manifesta interesse em conhecer seus pais biológicos.

Sobre o caso acima, com base na Lei.8.069 – ECA, assinale a afirmativa correta.

- A. A motivação para a busca do conhecimento da origem biológica é inválida, pelo que não deve ser facultado o direito ao acesso a tal informação a Eduardo;
- B. A informação da origem biológica somente pode ser revelada em caso imperativo de saúde, para a pesquisa do histórico genético;

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA DE BOQUIM/SE

- C. O conhecimento da origem biológica somente se revela necessário caso o processo de adoção tenha alguma causa de nulidade;
- D. Eduardo tem direito de conhecer sua origem biológica, independente do motivo que o leve a isso;
- E. Eduardo não tem o direito de conhecer sua família biológica.

QUESTÃO – 38

De acordo com Art. 55, os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos:

- A. Em abrigos.
- B. Em Centros de Cultura e Arte.
- C. Em aulas de informática.
- D. Em rede regular de ensino.
- E. Em rede formal de treinamento aprendiz.

QUESTÃO – 39

No que Concerne o Art. 91 do ECA, As Entidades não governamentais (ONG'S.) somente poderão funcionar depois de registradas no _____, o qual comunicará o registro ao _____ e à autoridade judiciária da respectiva localidade.

As lacunas acima indicadas estarão CORRETAMENTE preenchidas com os seguintes órgãos:

- A. Conselho Municipal dos Direitos da criança e adolescente e Conselho Tutelar;
- B. Conselho Tutelar e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente;
- C. Conselho Municipal da Criança e Adolescente e Conselho Municipal de Assistência Social;
- D. Conselho Estadual da Criança e Adolescente e Conselho Tutelar;
- E. Conselho Municipal dos Direitos da criança e adolescente – e Poder Executivo Municipal.

QUESTÃO – 40

Com base na Lei 8.069, de 13 de julho de 1990– Estatuto da Criança e do Adolescente, a ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em sofrimento físico ou lesão é o conceito de:

- A. Cuidado.
- B. Educação.
- C. Orientação.
- D. Castigo físico.
- E. Instrução.